

A AUTOAVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

MOANA MEINHARDT

Universidade Feevale
moanam@feevale.br

JÉSSICA RAMOS MOTA

Universidade Feevale
jemota@feevale.br

ISABEL CRISTINA CEZAR DA ROSA

Universidade Feevale
ic@feevale.br

RESUMO

O presente estudo aborda o processo de avaliação interna e a sua articulação com o planejamento e a gestão institucional, tendo como objetivo analisar as contribuições e os impactos do processo de autoavaliação na gestão e no planejamento dos cursos de graduação, em uma universidade comunitária do Rio Grande do Sul. Para realização da pesquisa utilizou-se a abordagem qualitativa e como procedimento técnico o estudo de caso, abrangendo o trabalho desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) junto aos cursos de Bacharelado em Moda e Tecnologia em Jogos Digitais. O referencial teórico baseou-se nos estudos de: Andriola (2005), Araujo e Pio (2017), Belloni (1994), Lordêlo e Dazzani (2009), Luck (2012), Sobrinho (2002; 2005), Scaglione e Nitz (2013), Tenorio e Andrade (2009) e Zainko (2008). A análise dos dados evidenciou que a autoavaliação constitui um processo sistêmico e contínuo que oportuniza a reflexão e a análise do curso sobre ele mesmo, bem como o planejamento de ações para superar os desafios identificados, de modo a qualificá-lo. Assim, conclui-se que a autoavaliação se caracteriza como instrumento de gestão, permitindo o aperfeiçoamento pessoal e institucional, sendo, no entanto, necessário ainda investir esforços para que de fato esse seja incorporado ao fazer do coordenador de curso.

Palavras chave: Ensino Superior. Autoavaliação. Planejamento. Gestão.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 206, estabelece como um dos princípios orientadores da educação a “VII - garantia de padrão de qualidade.”. O atendimento a tal princípio está contemplado no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, quando define suas diretrizes: “[...] IV – melhoria da qualidade da educação; [...] que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; [...]”. (BRASIL, 2014).

Com a finalidade de induzir a qualidade e orientar a expansão da educação Superior, foi instituído, em 2014, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei n.º 10.861/2004, o qual tem como finalidades:

§ 1º [...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004a).

Considerando o exposto, a perspectiva da avaliação, proposta pelo SINAES, vai ao encontro do que Sobrinho (2002) concebe como avaliação:

[...] é antes de tudo um processo de autoconhecimento, de aprendizado institucional – um processo contínuo, permanente, global, democrático, legitimado politicamente, consolidado tecnicamente e capaz de identificar os pontos fortes e fracos e as potencialidades da Instituição no tempo e espaço. (SOBRINHO, 2002, p. 11).

A avaliação institucional é um dos componentes do SINAES e se desenvolve em duas modalidades, a saber: autoavaliação da instituição nas dez dimensões previstas pelo referido sistema, a qual é conduzida pelas Comissões Próprias de Avaliação - CPA, constituídas pelas Instituições, sob orientação das diretrizes definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e avaliação externa, abrangendo a avaliação institucional, dos cursos e dos estudantes, coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, segundo diretrizes da CONAES.

No entanto, inúmeros debates acerca do SINAES, que já completa pouco mais de uma década de existência, problematizam as práticas até então desenvolvidas, visto que grande parte de sua proposta acabou por ser absorvida pelo sistema regulatório da educação superior, a partir dos indicadores de qualidade e demais processos de avaliação externa por meio dos quais instituições, cursos e estudantes são avaliados. Práticas de ranking promovidas pela mídia, o uso dos resultados como elemento de marketing no mercado cada vez mais competitivo que abrange o ensino superior, acabam desvirtuando o foco principal a que se propôs a Lei do SINAES.

Considerando o exposto, visualiza-se na avaliação interna das instituições, proposta pela mesma lei, uma possibilidade de garantir que os princípios do SINAES se efetivem na prática, por meio de processos avaliativos que de fato assumam caráter diagnóstico, processual, contínuo e formativo no interior das instituições.

Assim, desde a implantação do referido sistema de avaliação da educação superior, coube a cada instituição o desenvolvimento de processos avaliativos, orientados pelas dez dimensões definidas pelo SINAES, que permitissem o seu autoconhecimento e a identificação de avanços e desafios, que pudessem subsidiar seu planejamento e a gestão institucional.

Isto posto, o presente estudo focalizará a avaliação interna da instituição, tendo por objetivo analisar as contribuições e os impactos do processo de autoavaliação dos cursos de

graduação em uma universidade comunitária do RS, por meio de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, composto pelos cursos de Bacharelado em Moda e de Tecnologia em Jogos Digitais. Busca-se também a partir desse estudo avaliar a reestruturação do processo de avaliação interna da instituição, desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, a qual estabeleceu a definição de quatro fases distintas que ocorrem sequencialmente e que se retroalimentam em ciclo permanente que articula avaliação e planejamento, quais sejam: I) avaliação; II) divulgação dos resultados; III) análise dos resultados e IV) planejamento.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA

Uma das duas grandes frentes de atuação propostas pelo SINAES é a autoavaliação institucional, por meio da qual, as universidades, centros universitários e faculdades, devem promover um processo participativo e democrático de autoconhecimento e autoanálise, com vistas à permanente qualificação de suas práticas. Para tanto, cada instituição, tanto pública quanto privada, teve de constituir uma Comissão Própria de Avaliação, com a participação dos quatro segmentos da comunidade acadêmica, sendo vedadas composições que privilegiem um dos segmentos. Tal comissão, de caráter autônomo, tem como atribuições a condução dos processos de avaliação interna da instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo INEP.

Em relação ao papel da CPA, Tenorio e Andrade (2009) ressaltam, ainda, que essa comissão deve, além assegurar a participação de todos os segmentos da IES, servir como um instrumento de gestão universitária, tendo assim, importante papel a desempenhar no contexto do SINAES.

O documento que trata das orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das Instituições define como principais objetivos da avaliação interna ou autoavaliação:

[...] produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade. (BRASIL, 2004c, p. 5-6).

Nessa direção, Araújo e Pio (2015) destacam a autoavaliação como um instrumento de gestão, pois, é por meio desta que “[...] são identificados os pontos fracos e os pontos fortes, bem como as oportunidades, que refletem em processos de melhoria nas IES.” (p.520). Assim sendo, a “[...] autoavaliação gera autoconhecimento, que pode ser ponderado como aspecto gerencial e para provocar ações de aperfeiçoamento.” (p.530). Destacam, ainda, que o processo de autoavaliação realizado de forma metódica, “[...] funciona como uma oportunidade de aprendizado sobre a própria organização e também como instrumento de internalização dos princípios e práticas da excelência em gestão.” (ARAÚJO; PIO, 2015, p. 520).

Segundo Andriola, (2005, p. 61) nesse novo paradigma, introduzido a partir do SINAES, a avaliação é sinônimo “[...] de reflexão e de discussão coletiva, revestindo-se, desse modo, no ponto de partida para o aprimoramento institucional.”. Nessa mesma direção, cabe mencionar o que aponta Belloni (1994) ao afirmar que a avaliação ao se constituir em um instrumento sistemático permite a verificação e o acompanhamento ao atendimento dos objetivos e finalidades da instituição, os quais no caso das IES estão definidos em seu Plano

de Desenvolvimento Institucional – PDI. Daí decorre a importância da articulação entre avaliação e planejamento.

Os processos autoavaliativos tomados dessa maneira e conduzidos de forma comprometida e efetivamente democrática pela CPA, em cada uma das instituições, tem forte potencial para alavancar a qualidade do ensino superior, conforme estabelece o SINAES.

Nesse sentido, para Sobrinho (2009), “O SINAES foi uma conquista da sociedade civil, especialmente da comunidade universitária.”, uma vez que “[...] a avaliação deve ser uma prática participativa e democrática.” (p. 143). Observa, ainda, que a avaliação institucional se caracteriza como mecanismo de diálogo das instituições com as comunidades em que estão inseridas, visto que é

“[...] um processo dinâmico de agregação de pessoas, em que avaliadores e avaliados se constituem mutuamente numa relação de comunicação. Considerando que a educação é um bem público, portanto de responsabilidade coletiva, todos nós estamos eticamente comprometidos com a avaliação, tanto como avaliadores, quanto como avaliados.”. (SOBRINHO, 2009, p. 143).

2.2 AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Mais especificamente em relação à avaliação dos cursos de graduação, no âmbito do SINAES, cabe destacar que esses também passam por processos de avaliação externa e interna.

Sobrinho (2002, p. 134) salienta que “[...] a avaliação interna e a externa devem fazer parte de um mesmo processo articulado, de modo a se complementarem e não se excluírem”, ou seja, a autoavaliação deve produzir dados, a fim de obter um diagnóstico para subsidiar a tomada de decisão e a avaliação externa, realizada pelo Ministério da Educação.

Para contribuir, Scaglione e Nitz (2013, p. 53) destacam que “[...] a autoavaliação, em conjunto com a avaliação do INEP, atende às IES no desenvolvimento da autoconsciência institucional, na definição de seus planos, métodos e trajetórias, pois as “análises e recomendações derivadas das avaliações internas e externas e dos demais instrumentos deverão ser divulgadas para subsidiar novos planejamentos e decisões, com vistas ao contínuo aperfeiçoamento da IES e do próprio sistema”.

No caso da avaliação externa dos cursos de graduação, a mesma é realizada pelo INEP, o qual designa comissões, para realização de visita *in loco*, com o objetivo de avaliar as condições de ensino e a dinâmica de funcionamento de cada curso de graduação. Nesse momento, são colhidas informações de caráter qualitativo e quantitativo, para juntamente com os dados da avaliação institucional e do Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE servir de instrumento de melhoria da qualidade da educação superior e de regulação dos cursos de graduação. Os cursos que não participam do ENADE, o qual tem a finalidade de avaliar o desempenho dos alunos em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências, passam pela avaliação *in loco*, mencionada anteriormente. Tais avaliações visam subsidiar o aprimoramento dos cursos, e seus resultados estão vinculados à emissão dos atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, além de informar a sociedade em geral em relação à qualidade dos mesmos.

No que tange à autoavaliação dos cursos, compete às instituições de ensino, por meio de suas CPAs, deliberar acerca do processo, desenvolvendo ações de forma contínua, integrada e participativa, contribuindo para a definição de políticas e a construção de uma cultura de valorização dos resultados da avaliação, como pré-requisito para o planejamento e o desenvolvimento da instituição, bem como para prestação de contas à sociedade.

Sobrinho (2005, p.17), comenta que “[...] ao pôr em foco um determinado curso, a avaliação contribui para transformar não apenas essa realidade mais diretamente tomada como

objeto, mas a totalidade da instituição educativa da qual esse curso faz parte”, interferindo assim, em todo o processo educativo.

Considerando o exposto, ressalta-se que a avaliação interna dos cursos deve se constituir em um processo contínuo, pelo qual o curso constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto das suas atividades para melhorar a qualidade. Um processo desenvolvido nessa perspectiva “[...] sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades e estabelece estratégias de superação de problemas.” (BRASIL, 2004c, p.6-7). Portanto, “A avaliação interna ou autoavaliação é um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a instituição.”. (BRASIL, 2004c, p. 7).

3. METODOLOGIA

O presente estudo, de abordagem qualitativa, adotou como procedimento técnico o estudo de caso, abrangendo o trabalho desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação – CPA de uma universidade comunitária do Rio Grande do Sul, em relação à reorganização dos processos avaliativos internos, abordando, especificamente, o processo de autoavaliação dos cursos de graduação realizado pelos cursos de Bacharelado em Moda e Tecnologia em Jogos Digitais, os quais integraram o primeiro grupo de cursos que realizou seu processo de autoavaliação a partir da nova sistemática de organização propostas pela CPA.

Assim, o presente estudo de caso teve como objetivos:

- Analisar as contribuições e os impactos do processo de autoavaliação dos cursos de Moda e Tecnologia em Jogos Digitais, no planejamento e na gestão do mesmo.
- Avaliar a reestruturação do processo de avaliação interna da instituição, desenvolvido pela CPA, a qual estabeleceu a definição de quatro fases distintas que visam articular avaliação e planejamento.

O estudo aqui apresentado, teve início com a implementação de adequações nos processos avaliativos, as quais tiveram como principais finalidades:

- Qualificar os registros e a sistematização dos processos avaliativos, a partir da implementação de ferramentas tecnológicas de apoio.
- Fortalecer o processo de articulação entre avaliação e planejamento a partir da revisão da metodologia existente até então.

Isso posto, no decorrer do 2º semestre de 2015, foram definidas quatro fases distintas no processo avaliativo, as quais se entrecruzam, articulando avaliação e planejamento em um ciclo que se retroalimenta permanentemente, quais sejam: I) **Avaliação**, momento em que são adotados os procedimentos previstos para coleta de dados, incluindo a disponibilização dos instrumentos avaliativos ao público participante, bem como as ações de mobilização da comunidade acadêmica para a participação nas avaliações; II) **Divulgação dos resultados**, na íntegra, às pessoas avaliadas ou diretamente envolvidas com o processo avaliado e aos respectivos gestores, bem como divulgação da síntese dos resultados à comunidade acadêmica através dos diferentes instrumentos de comunicação internos e externos da Instituição; III) **Análise dos resultados**, compreende a discussão dos resultados da avaliação pelos gestores diretamente envolvidos com o processo avaliado, os respectivos colegiados ou equipes de trabalho, a quem cabe apontar os avanços e desafios identificados; IV) **Planejamento**, elaboração de um plano de ações que visem o enfrentamento dos desafios apontados pela avaliação e a conseqüente melhoria dos resultados, o qual deverá ser registrado junto às

iniciativas específicas referentes a cada uma das dez dimensões do SINAES, previstas no Planejamento Estratégico Institucional. As fases estão retratadas na figura a seguir.

Figura 1 - Ciclo avaliativo da Instituição



Fonte: CPA

Para implementação das quatro fases, anteriormente mencionadas, a partir de 2016, passou-se a contar com um aporte tecnológico maior, que por meio de ferramentas específicas de informática buscou facilitar o registro e o acesso às informações em um mesmo sistema.

Quanto ao processo específico de autoavaliação dos cursos de graduação, destaca-se que o mesmo é desenvolvido na instituição desde 1995, tendo passado por adequações também no 2º semestre de 2015, as quais buscaram uma maior aproximação ao instrumento de avaliação externa de curso, passando a ser desenvolvido, já a partir das quatro fases mencionadas anteriormente, no 1º semestre de 2016, período em que os cursos de Moda e Jogos Digitais realizaram os seus processos de autoavaliação.

Na primeira fase, cada curso realizou reuniões com o seu Núcleo Docente Estruturante – NDE para responder ao instrumento de avaliação, o qual apresenta questões semiestruturadas, sendo elas distribuídas em três dimensões: Organização Didático-pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura. Em cada um dos indicadores avaliados o curso deve atribuir um conceito de 1 a 5 em relação ao atendimento dos indicadores, sendo o mesmo considerado: 5 – Excelente; 4 - Muito bom; 3 – Suficiente; 2 – Insuficiente e 1 – Não atende. Para tanto, lhes foi solicitado, ainda, a apresentação de evidências/justificativas ao indicador, fundamentadas em dados, fatos ou motivos que levaram o NDE a atribuir determinado conceito.

Para subsidiar as discussões do NDE, cada curso utilizou como instrumento de consulta os relatórios dos demais processos avaliativos internos e externos, o Projeto Pedagógico do Curso - PPC e indicadores institucionais referentes ao corpo docente.

A divulgação dos resultados, segunda fase do processo, se deu a partir da disponibilização dos resultados da autoavaliação, na íntegra, em ambiente virtual, aos gestores do curso, a saber: coordenador de curso, diretor de instituto e pró-reitora de ensino.

A terceira fase foi realizada pelo colegiado de cada curso, momento em que foi realizada a análise dos resultados e destacados os avanços e desafios evidenciados pelos mesmos. Na sequência, na quarta fase, cada colegiado elaborou um Plano de Ações com o objetivo de qualificar o curso nos aspectos em que os resultados da avaliação apontaram a necessidade de melhoria. O plano foi registrado junto à iniciativa específica referente à Dimensão 2 – Ensino, Pesquisa e Extensão, prevista no Planejamento Estratégico Institucional.

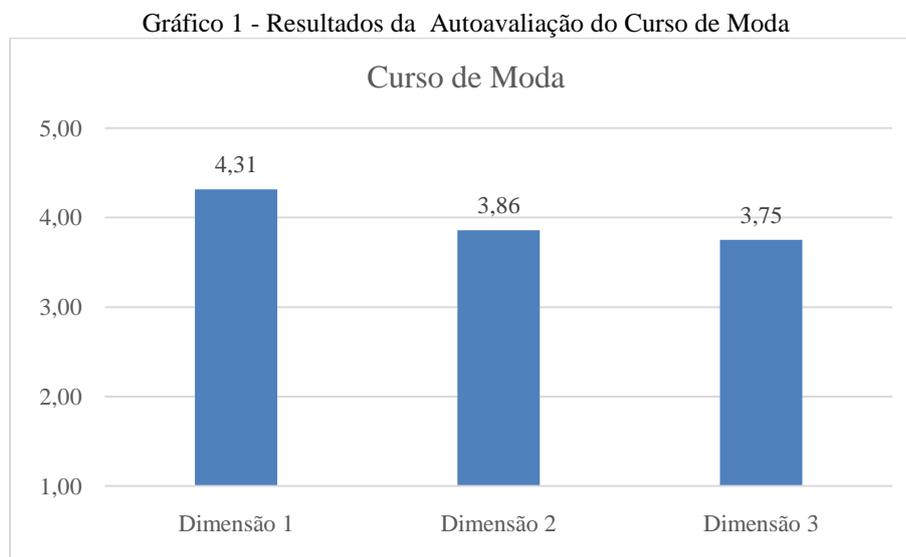
Após a conclusão do processo, os coordenadores dos respectivos cursos foram convidados a responder a um questionário com questões abertas, que tiveram como objetivo avaliar a implementação das adequações promovidas pela CPA e os impactos no planejamento e na gestão dos cursos.

A análise dos dados coletados considerou os resultados do processo de autoavaliação dos Cursos de Moda e Jogos Digitais, o conteúdo da análise dos resultados realizada pelos respectivos colegiados de curso, as ações planejadas e registradas junto ao sistema de Planejamento Estratégico, bem como os questionários. Para análise desses dados optou-se pelo método de análise de conteúdo, seguindo-se os procedimentos estabelecidos por Bardin (2004).

4. RESULTADOS

4.1 RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO DE MODA

No processo de avaliação do Curso de Moda evidenciou-se o atendimento de forma muito boa às questões referentes à organização didático-pedagógica (dimensão 1) e o atendimento de forma suficiente às questões relacionadas ao corpo docente (dimensão 2) e à infraestrutura (dimensão 3), como pode ser observado no gráfico a seguir, que apresenta as médias gerais obtidas em cada dimensão.



Fonte: CPA

Destacam-se como principais resultados da primeira dimensão avaliada – organização didático pedagógica, os indicadores que se referem à educação ambiental, à Língua Brasileira de Sinais, ao estágio/práticas profissionais, ao trabalho de conclusão de curso e ao apoio ao estudante, aos quais foi atribuído conceito 5 – excelente. O atendimento aos demais indicadores foi considerado muito bom (4), assim nenhum indicador desta dimensão ficou com conceito inferior a 4.

Já na dimensão 2 – corpo docente, o NDE atribuiu conceito 4 – muito bom a todos os atributos, com exceção apenas ao indicador dedicação ao curso pelos professores de disciplinas gerais ao qual foi atribuído conceito 3 - suficiente. Como justificativa para tal, o NDE destacou que não há participação efetiva dos professores em reuniões e ações específicas do curso.

A terceira e última dimensão avaliada foi a que apresentou maior oscilação de conceitos, sendo os atributos referentes à adequação dos espaços físicos destinados aos docentes e à adequação da biblioteca atendidos de forma suficiente (3). Já a adequação dos espaços físicos destinados aos estudantes foi considerada pelo NDE muito boa (4) e a adequação dos laboratórios de informática e equipamentos considerada excelente (5).

Da análise dos resultados, realizada pelo colegiado do Curso de Moda, destaca-se a identificação de inúmeros avanços por eles percebidos, os quais sinalizam potencialidades do curso. Quanto à organização didático-pedagógica, destacam-se: a ampliação da atuação do curso em Projetos de Extensão, nos quais docentes e acadêmicos atuam de forma multidisciplinar e inseridos na realidade local; o interesse e a consciência dos alunos quanto à importância da área técnica do curso, a qual abrange a costura e a modelagem na formação acadêmica; o crescente número de alunos empreendedores que criaram marcas próprias e autorais e contam com ateliers de costura; a diversificação de temas para o desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso, a partir de temáticas emergentes e que merecem reflexão; a aproximação aos egressos do curso, por meio da Avaliação de Egressos e através de convites para ministrarem palestras em atividades de ensino e extensão, compartilhando as suas experiências; o índice de 73,9% dos egressos que informaram, em 2015, estar trabalhando em atividade relacionada ao curso de graduação; a aceitação dos egressos em cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* em instituições nacionais e internacionais, evidenciando a continuidade dos estudos e o interesse pela área acadêmica e pela cientificidade da Moda; o aumento de ações interdisciplinares envolvendo diferentes projetos e setores; a crescente participação de alunos e professores em eventos científicos relevantes da área; e o aumento da satisfação geral dos alunos verificado nos processos avaliativos do curso.

Em relação ao corpo docente, identificou-se avanços quanto à contribuição das formações docentes propostas pelo Programa de Pedagogia Universitária na qualificação dos professores do curso, o percentual de 72,4% do corpo docente com formação em curso de pós-graduação *stricto sensu* e ainda o fato de que dentre os professores mestres, 6 são doutorandos e dentre os especialistas 3 são mestrandos.

O colegiado do curso não identificou avanços quanto à infraestrutura, o que pode ser observado também no conceito obtido por esta dimensão, cuja média foi a menor dentre as dimensões avaliadas.

Como desafios relacionados à organização didático-pedagógica, o colegiado do curso sinalizou a necessidade de: intensificar a aproximação com empresas do segmento, possibilitando maior interação entre academia e mercado de trabalho; aprimorar a visão setorial, inserindo transversalmente conteúdos voltados ao setor produtivo de moda e ao setor coureiro-calçadista; desenvolver uma postura mais flexível e autônoma nos estudantes, por meio de novas estratégias de ensino; ampliar as ações interdisciplinares, a discussão de temáticas emergentes e a inserção de atividades que envolvam maior leitura, escrita, reflexão e criticidade nas disciplinas. Destacaram-se, ainda, como desafios o grande número de alunos em fase de elaboração de seu trabalho de conclusão do curso a serem orientados; necessidade de adequações nas bancas avaliadoras, dentre elas a maior clareza na arguição dos avaliadores, com base nos critérios definidos nas Diretrizes de TCC.

Quanto ao corpo docente, destaca-se como desafio fomentar a atuação dos mesmos em atividades para além da sala de aula, em projetos de ensino, extensão e pesquisa, por meio da

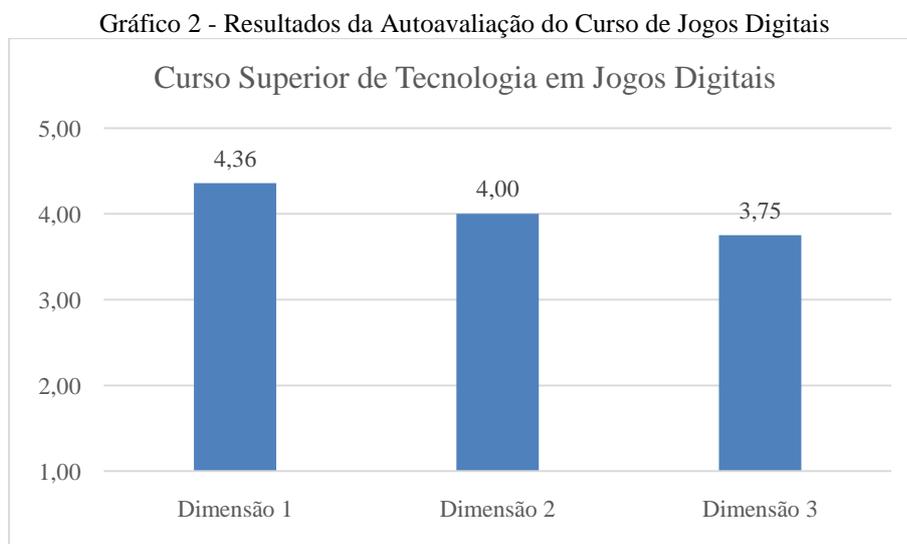
construção coletiva e interdisciplinar de projetos e da submissão em editais internos e externos, além de tornar a atuação da coordenação do curso mais estratégica, voltada à gestão pedagógica do mesmo.

Já quanto à infraestrutura do curso caracterizou-se como desafio a necessidade de ampliação do acervo da biblioteca, especialmente frente ao número elevado de alunos em fase de elaboração de seu TCC; as adequações necessárias nos laboratórios de costura e modelagem e de computação gráfica, a criação de um laboratório voltado ao design de superfície, visto que ampliaria as possibilidades de trabalhos acadêmicos. Por fim, o colegiado identificou, ainda, a necessidade de realizar mais ações de divulgação do curso, pois existem muitas pautas interessantes produzidas no curso com potencial de exploração na comunicação dos diferenciais do curso de Moda da instituição.

Após a identificação dos avanços e desafios a partir dos resultados da autoavaliação, dando sequência às quatro fases dos processos de avaliação interna na instituição, mencionados anteriormente, na última delas, o colegiado do curso elaborou um plano de ações para enfrentamento dos desafios apontados. As ações previstas voltadas à dimensão didático-pedagógica do curso, foram: revisão periódica dos planos de ensino e ampliação da aproximação com empresas da região relacionadas às áreas de atuação do curso. No que se refere à dimensão corpo docente, destacaram-se: ampliação do número de docentes com experiência profissional nas áreas do curso através da contratação ou substituição de docentes; ampliação dos momentos de contato da coordenação com os acadêmicos e professores através de encontros sistemáticos que promovam discussões acerca do mercado de trabalho, currículo do curso, entre outros. Por fim, em relação à infraestrutura foi proposta a ampliação da discussão com o colegiado acerca do tema, com vistas à melhoria constante da infraestrutura específica.

4.2 RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM JOGOS DIGITAIS

Em relação ao processo de avaliação realizado pelo Curso Superior de Tecnologia em Jogos Digitais evidenciou-se o atendimento de forma muito boa às questões referentes à organização didático-pedagógica (dimensão 1) e ao corpo docente (dimensão 2), e o atendimento de forma suficiente às questões relacionadas à infraestrutura (dimensão 3), conforme gráfico a seguir que apresenta as médias gerais obtidas por dimensão avaliada.



Fonte: CPA

Conforme apresenta o gráfico, a dimensão 1 que aborda a organização didático-pedagógica foi classificada pelo NDE, de forma geral, como muito boa (4) e excelente (5). Porém, é importante destacar que dois indicadores foram considerados atendidos apenas de forma suficiente (3), a saber: conteúdos curriculares e relação com o egresso.

Na segunda dimensão avaliada pelo NDE – Corpo Docente, preponderaram os conceitos muito bom (4) e excelente (5), sendo que apenas ao indicador “Formação na área de atuação do curso e disciplina” foi atribuído conceito 3 - suficiente, considerando que o curso conta com um professor especialista. Já a terceira dimensão – Infraestrutura foi classificada de forma geral como muito boa (4), porém ao indicador adequação da biblioteca foi atribuído conceito 3 - suficiente, visto que as bibliografias do curso se encontram em fase de estudo, atualização e aquisição.

A análise dos resultados do processo avaliativo, por parte do colegiado do curso de Tecnologia em Jogos Digitais, permitiu que esse identificasse alguns pontos considerados avanços, os quais localizam-se todos na dimensão didático-pedagógica, a saber: possibilidade do aluno vivenciar na prática o processo de desenvolvimento de um jogo digital, por meio das propostas das disciplinas de projeto; intensificação dos trabalhos realizados nos projetos de ensino, com atividades mais duradouras e voltadas ao desenvolvimento de produtos mais extensos, permitindo que alunos e professores exercitem conjuntamente novas práticas; realização do “Papo Gamer”, evento que ocorre mensalmente no Laboratório de Produção de Jogos Digitais, trazendo profissionais do mercado para compartilhar suas experiências na carreira; realização do “Game On”, evento de celebração de final de semestre do curso, em que alunos e professores expõem a produção de jogos digitais desenvolvidos visando à troca de experiências e conhecimento; produção do “Project Quest”, realizada no Laboratório de Produção de Jogos Digitais, a qual tem como foco a divulgação das atividades desenvolvidas no curso e as atividades de pesquisa ligadas aos Mestrados e Doutorados, o mercado de jogos, a cultura pop e demais atividades desenvolvidas tanto por acadêmicos quanto por profissionais egressos do curso e a intensificação dos conteúdos relacionados à jogabilidade nas disciplinas.

Apesar das questões relacionadas à organização didático-pedagógica terem sido, na visão do colegiado, muito bem atendidas, o mesmo identificou como desafios relacionados a esta dimensão, a necessidade de realizar um estudo sobre as teorias, práticas e tecnologias aplicadas no curso a fim de avaliar a necessidade de propor um novo currículo. Já em relação à infraestrutura, foi considerado um desafio a atualização permanente do acervo bibliográfico.

Na próxima fase, o colegiado do curso se dedicou à elaboração de um plano de ações voltadas à superação dos desafios por ele identificados, propondo: discussão e revisão junto ao NDE do andamento do atual currículo do curso para avaliação da necessidade de proceder adequações e atualizações em uma nova proposta. Já em relação à infraestrutura será realizada revisão dos títulos indicados como bibliografia do curso junto à biblioteca.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos pontos destacados como avanços e desafios pelos colegiados dos cursos evidencia que a autoavaliação proporcionou um processo de autorreflexão pelos docentes frente ao andamento do curso do qual fazem parte. Tal processo fez com que todos dedicassem um pouco do seu tempo para direcionar o olhar para suas próprias práticas, em um movimento de autoconhecimento do curso.

Os elementos identificados, podem servir como um guia para que os cursos sigam desenvolvendo seu trabalho e aprimorando-o continuamente, com foco nas prioridades identificadas coletivamente. Tal percepção é compartilhada pelo coordenador do Curso de Tecnologia em Jogos Digitais, visto que ao ser questionado se a autoavaliação auxilia no

planejamento e na gestão do curso, afirmou: “Sim, porque permite organizar e sistematizar um plano para corrigir eventuais problemas apontados na autoavaliação.” (CJD).

Nessa mesma direção, a coordenadora do Curso de Moda, que conduziu o processo de autoavaliação junto ao grupo de docentes, afirma: “O processo de autoavaliação auxilia no planejamento e gestão, pois propicia ao Coordenador uma visão ampliada do curso, identificando possibilidades de melhorias e pensando em um plano de ação para implementá-las.” (CM).

A análise dos registros feitos pelos colegiados a partir da avaliação, permitem também identificar que as ações planejadas vão ao encontro dos desafios apontados, o que evidencia a intencionalidade e a mobilização de esforços para a promoção de mudanças, melhorias e atualizações. Como exemplo, podemos citar um dos desafios identificados pelo colegiado do Curso de Moda: “aprimorar a visão setorial, inserindo transversalmente conteúdos voltados ao setor produtivo de moda e ao setor coureiro-calçadista” para o qual foi previsto dentre as ações planejadas, a revisão dos planos de ensino das disciplinas. Já no Curso de Jogos Digitais, destaca-se, dentre os desafios, a atualização permanente do acervo bibliográfico, diante do qual o colegiado procederá a revisão das bibliografias indicadas nos planos de ensino das disciplinas, a fim de providenciar as atualizações e alterações que se fizerem necessárias.

Assim, é possível afirmar que a avaliação cumpriu seu papel de subsidiar o planejamento dos cursos em questão, uma vez que da análise dos dados emergiam pontos que careciam de um olhar mais atento por parte da gestão, para os quais foram planejadas ações, coletivamente. No entanto, em relação a esse processo, é importante atentar para o que comenta a coordenadora do Curso de Moda: “Considero que o controle da implementação das melhorias precisa ser melhor sistematizado, pois o planejamento idealizado no papel nem sempre é exequível.” (CM).

Tal relato chama atenção ao fato de que o processo não pode encerrar-se na fase do planejamento. É preciso que as ações planejadas sejam testadas, discutidas, repensadas se necessário e, por fim, colocadas em prática para que de fato o ciclo que articula avaliação e planejamento, em um processo contínuo de retroalimentação se efetive e contribua para qualificação das ações desenvolvidas. Diante disso, aponta-se a necessidade da implantação, na universidade investigada, de mecanismos de acompanhamento do planejamento realizado, o que precisa ser incorporado, de forma mais efetiva à gestão dos cursos.

Nessa direção, Zainko (2008, p. 19) menciona que a “[...] avaliação é compreendida enquanto um processo de acompanhamento metódico das ações realizadas pela instituição de educação superior, com vistas a averiguar em que medida são cumpridas e atendidas as funções e prioridades delimitadas coletivamente”. Assim, o autor reforça o acompanhamento da gestão como uma ação essencial para que não se corra o risco de que toda a discussão e a mobilização coletiva desencadeada a partir da avaliação se perca em meio à rotina, na maioria das vezes tumultuada, vivenciada nas instituições de ensino superior.

Quanto à organização do processo de autoavaliação em quatro fases distintas e a implementação de ferramentas tecnológicas de apoio, os coordenadores manifestaram-se dizendo: “A organização em quatro etapas clarificou e sistematizou os processos, assim sabe-se que todas as avaliações seguem o mesmo modelo, permite, por exemplo, o amadurecimento dos achados decorrentes da avaliação, bem como das ações planejadas.” (CJD).

Nesse mesmo sentido, a Coordenadora do Curso de Moda comenta: “A divisão em fases auxilia a qualificação do processo, para a visualização do fluxo das ações [...]”. No entanto salienta que deveria haver “[...] maior tempo para a análise dos resultados e para o planejamento, em função de outras demandas dos coordenadores que impossibilitam a realização de uma forma mais aprofundada.” (CM).

Assim, é possível inferir que a organização do processo de avaliação interna, em quatro fases, permitiu por parte dos coordenadores o desenvolvimento de uma visão mais sistêmica do processo avaliativo em sua articulação com o planejamento, auxiliando no desenvolvimento do trabalho da coordenação do curso e do colegiado, visto que conferiu maior clareza e organização do processo, além de disponibilizar ferramentas tecnológicas de registro e visualização das informações. No entanto, a fala da coordenadora do Curso de Moda, novamente sublinha uma questão que merece atenção da gestão da universidade investigada: o tempo a ser dedicado pela gestão a esse processo e em contrapartida o tempo da gestão consumido com as demandas cotidianas, muitas vezes de ordem operacional, a fim de que essa não impacte negativamente na qualidade dos cursos.

Luck (2012) aponta a avaliação como uma das funções do gestor, em articulação às outras atribuições que lhe competem, ao afirmar que: “[...] a avaliação institucional é uma função de gestão que segundo sua própria concepção sistêmica, articula-se a outras funções de organização dessa gestão, formando com elas um conjunto de ações que se reforçam reciprocamente na busca pela atuação competente” (p. 30).

5. CONCLUSÃO

Os dados coletados permitiram um olhar ampliado sobre o processo de autoavaliação de curso em todas as suas etapas, estudo que permite cumprir com a meta avaliação, uma vez que avalia o próprio processo avaliativo. Da análise dos dados é possível apontar algumas conclusões, que sem encerrar a discussão do tema, nem abranger a totalidade do processo, podem contribuir para a qualificação das práticas de autoavaliação.

Os dados evidenciaram que a autoavaliação serve como instrumento de gestão, uma vez que desencadeia um processo de reflexão do curso sobre ele mesmo, o qual permite a identificação de suas potencialidades e avanços, bem como de suas fragilidades e seus maiores desafios.

Os colegiados dos cursos dedicam tempo a esse processo reflexivo e analítico, o que de certa forma os mobiliza a pensar em alternativas que visem transpor os desafios que se apresentam. Para tanto, são planejadas ações que buscam implementar melhorias e qualificar as ações desenvolvidas no âmbito do curso.

A sistematização do processo avaliativo e sua maior articulação ao planejamento institucional, a partir do estabelecimento das quatro fases sequenciais, favoreceu a visão da avaliação como um processo sistêmico e contínuo. No entanto, os dados revelam alguns aspectos que podem constituir pequenos entraves, impedindo que o ciclo avaliativo se conclua e se reinicie, contribuindo, de fato, com a qualidade dos cursos. Dentre eles, evidenciaram-se: a necessidade de mecanismos de acompanhamento da implementação das ações planejadas por parte da gestão e a necessidade de um tempo maior de dedicação, especialmente por parte da coordenação do curso, a esse processo de análise e planejamento decorrente dos resultados da avaliação, visto que os coordenadores acabam por dispendir muito de seu tempo em outras demandas cotidianas.

Considerando o exposto, reforça-se o caráter diagnóstico, formativo e de autoconhecimento da autoavaliação, a qual deve constituir-se em um processo cíclico, criativo e renovador de análise e síntese das dimensões que definem um curso ou a instituição, que, dessa forma, permite a reanálise do estabelecido nos PPCs, bem como no PDI.

Nesse sentido, os processos autoavaliativos são considerados condição indispensável à qualidade institucional, à pertinência das atividades acadêmicas, pedagógicas, científicas e culturais desenvolvidas e ao gerenciamento transparente, ético, eficaz e eficiente dos recursos alocados pela comunidade para a consecução da missão da instituição.

A prática da autoavaliação como processo permanente é instrumento de construção e/ou consolidação de uma cultura de avaliação na instituição, com a qual a comunidade

interna se identifique e comprometa. O seu caráter formativo deve permitir o aperfeiçoamento tanto pessoal (dos docentes, discentes e corpo técnico-administrativo) quanto institucional, pelo fato de colocar todos os atores em um processo de reflexão e autoconsciência institucional.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. **Desafios e necessidades que se apresentam às Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) das Instituições de Educação Superior (IES), visando à implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. EDUCAÇÃO SUPERIOR EM DEBATE. Volume 1 Avaliação Participativa Perspectivas e Debates, 2005.

ARAUJO, Aline Giuri, PIO, Joelma Aparecida Zoboli. **A avaliação interna como instrumento de gestão educacional, Foz do Iguaçu PR**: UNIOESTE, 2015. Disponível em: <<http://www.aninter.com.br/Anais%20Coninter%204/GT%2013/37.%20A%20AVALIACAO%20INTERNA%20COMO%20INSTRUMENTO.pdf>>. Acesso em jul. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70. 2004.

BELLONI, Isaura et. al. **Proposta de avaliação institucional da Universidade de Brasília**, Brasília, Mimeo, 1994.

BRASIL. **Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: jun. 2017.

BRASIL. **Portaria no 2.051, de 9 de julho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Educação Superior - SINAES, 2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=533-portaria-2051&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). **Orientações Gerais para o roteiro de autoavaliação das instituições**. Brasília, DF, 2004c. INEP. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: jun. 2017.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**, aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5bb1ad1538f3aef538/Ebook%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: mai. 2017.

LORDÊLO, JAC., and DAZZANI, MV., (Orgs). **Avaliação educacional: desatando e reatando nós** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 349 p. ISBN 978-85-232-0654-3. Available from SciELO Books Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acesso em jul. 2017.

LUCK, H. **Perspectiva da avaliação institucional da escola**. Petropolis: Vozes, 2012 – (série cadernos de gestão).

SCAGLIONE, Vera Lucia Telles., NITZ, Marcelo. A avaliação da educação superior e a gestão universitária. In: COLOMBO, S. S. (Org.). **Gestão universitária: os caminhos para a excelência**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 280.

SOBRINHO, José Dias. **Universidade e Avaliação: entre ética e mercado**. Florianópolis: SC, Insular, 2002.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação**. EDUCAÇÃO SUPERIOR EM DEBATE Volume 1 Avaliação Participativa Perspectivas e Debates, 2005.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação Institucional: Notas para pensar o PAIUNG e o SINAES**. Contexto & Educação, Editora Unijuí, Ano 24, nº 81, p. 133-144, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1034/785>>. Acesso em: jul. 2017.

TENORIO, Robinson Moreira., ANDRADE, Maria Antonia Brandão de. A avaliação da educação superior no Brasil: desafios e perspectivas. In: LORDÊLO, JAC., and DAZZANI, MV., (Orgs). **Avaliação educacional: desatando e reatando nós** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 349 p. ISBN 978-85-232-0654-3. Available from SciELO Books. Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acesso em jul. 2017.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. **Políticas Públicas de Avaliação da Educação Superior: conceitos e desafios**. Jornal de políticas educacionais, nº 4, p. 15-231, jul./dez. 2008.